

Breve estudo e análise sobre as Políticas Linguísticas no Brasil

A brief study and analysis on Language Policies in Brazil

*Marta Matilde Luchesa**, *Claudio José Luchesa**

**Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Resumo: A Linguística Aplicada contemporânea está sendo reinventada, em um momento de revisão de suas bases epistemológicas por meio da interação com áreas do conhecimento e modos de produção diversos. Trata-se de um momento de re/construção teórica, que deixa para trás fundamentos tradicionais da Linguística Teórica modernista. Esse momento é marcado por várias produções científicas, entre as quais artigos publicados em Periódicos. Este artigo apresenta um breve estudo sobre o aporte teórico no campo das políticas linguísticas no Brasil, com uma análise intertextual. O estudo contempla a abordagem teórica focada em temas fundamentais para o campo das políticas linguísticas, sendo feito a partir de estudos selecionados. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo desenvolvida a partir de textos publicados em livros, artigos, dissertações e teses, portanto, a pesquisa enquadra-se na metodologia qualitativa. O artigo contribui com o processo de reformulação do campo de Linguística Aplicada no país por possibilitar aos leitores e pesquisadores uma visão ampla da trajetória das produções científicas relacionadas às Políticas Linguísticas nos últimos 10 anos, sendo uma fonte de dados para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Política Linguística. Língua. Periódico.

Abstract: Contemporary Applied Linguistics is being reinvented, in a time of its epistemological basis review through interaction with knowledge fields and different modes of production. It is a moment of theoretical reconstruction that leaves behind traditional foundations of modern Theoretical Linguistics. This moment is marked by several scientific publications, including articles published in journals. Thus, this article presents a brief study about the theoretical approach in the field of linguistic policies in Brazil along with an intertextual analysis. The study contemplates the theoretical approach based on fundamental issues of linguistic policies, being conducted from selected studies. The methodology used was the bibliographical research, being developed from texts published in books, articles, dissertations and theses, therefore, the research fits the qualitative methodology. The paper contributes to the process of reformulation of Applied Linguistics course in the country by allowing readers and researchers a broad view of the trajectory of scientific publications related to Linguistic policies in the last 10 years, a source of data for future research.

Keywords: Applied Linguistic. Linguistic policy. Language. Journal.

Introdução

Em 1960, período da fundação do Campo de Política Linguística, e nas décadas posteriores, as questões epistemológicas e os processos linguísticos passaram da não consideração dos sujeitos, nas décadas de 1960 e 1970, à crítica das escolhas anteriores, apontando para as relações de poder, apresentando, nas décadas de 1980 e 1990, um conjunto de trabalhos que olha para o grupo de falantes, mas não para o sujeito. Atualmente, o conjunto de trabalhos pós-modernos apresenta o foco no que os sujeitos estão fazendo e em por que fazem determinadas escolhas, pois pensar a linguagem é pensar no sujeito e na cultura, não na língua isoladamente, mas nos seus usos e naquilo que é produzido pelos sujeitos. Sendo assim, o presente texto tem como escopo a pesquisa bibliográfica inserida na metodologia qualitativa, partindo de um recorte das pesquisas relacionadas ao tema, com o objetivo de fazer um breve estudo e análise intertextual sobre as políticas linguísticas no Brasil.

Castilho (2001) entende que a área das políticas linguísticas é um campo complexo, influenciado pelas necessidades sociais. Assim, o estudo desse campo deve ser realizado por meio de princípios políticos, éticos e ideológicos como elo de orientação. O autor explica que a ampliação da agenda política linguística no Brasil iniciou a partir do momento que os pioneiros Antonio Houaiss e Celso Cunha começaram o processo de discussão acerca do problema do padrão brasileiro da língua portuguesa. Após esse momento, um debate realizado pela Associação Brasileira de Linguística culminou em um documento que tinha por objetivo definir a política linguística brasileira “Definição da política linguística no Brasil” (SCLIAR-CABRAL, 1999).

De um modo geral, as políticas linguísticas envolvem o desenvolvimento de políticas públicas que tem por objetivo utilizar a autoridade do estado para afetar vários aspectos do status e uso das línguas por meio da jurisdição do estado, isso reflete em várias camadas da sociedade, principalmente na minorias, como por exemplo os artigos: *É muito bonito no papel mas na realidade deixa a desejar... Educação (Escolar) indígena: entre leis e realidade* (KONDO; FRAGA, 2014), em que os autores discutem conflitos existentes entre as políticas linguísticas e a realidade que se coloca na construção da educação (escolar) indígena; outra questão que envolve políticas públicas é a consolidação de ações em favor da língua de sinais, esse tema é apresentado em dois artigos que pesquisam questões sobre esse tema.

Desse modo, esse artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica de estudos realizados no Brasil sob o construto teórico das políticas linguísticas, pois esse é o campo em que as políticas de identidade dos povos deve ser construída e ações para que haja uma sociedade igualitária seja edificada. O artigo está dividido em cinco partes, a primeira parte intitulada

“Apresentação de dois estudos que retratam o surgimento da Linguística Aplicada em âmbito mundial e o panorama histórico das Políticas Linguísticas no Brasil” apresenta dois artigos que discutem sobre os temas apresentados, *O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político* (DAMIANOVIC, 2005) e *A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos* (SILVA, 2013). A parte 2 inicia com apontamentos sobre políticas linguísticas apresentado por Castilho (2011), trazendo estudos sobre “A influência das políticas de educação linguísticas em determinados campos do ensino de línguas no Brasil”, essa parte é a mais extensa devido a um número maior de estudos relacionados a esse tema, são apresentados os seguintes estudos, *Tarefas da educação linguística no Brasil* (BAGNO; RANGEL, 2005), *Políticas Linguísticas e Educação de Surdos em Santa Catarina: espaço de negociações* (QUADROS, 2006), *Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro* (FERNANDES; MOREIRA, 2014), *Concursos públicos como agentes do normativismo e de uma Política Linguística no Brasil* (SEGANFREDO, 2006), *É muito bonito no papel mas na realidade deixa a desejar... Educação (Escolar) indígena: entre leis e realidade* (KONDO; FRAGA, 2014) e *Políticas linguísticas em uma escola pública de ensino médio e tecnológico: a oferta de línguas estrangeiras* (CÁCERES, 2014). A parte 3 intitulada “Políticas linguísticas e seus desdobramentos: zonas de fronteira; questões de poder; internacionalização” traz *Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras* (STURZA, 2005), *Política (s) linguística (s) e questões de poder* (SEVERO, 2013). *Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do séc. XXI* (OLIVEIRA, 2013). Na parte 4 apresentamos uma discussão sobre os pontos de intersecção dos autores e finalmente na parte 5 as considerações finais.

1 Apresentação de dois estudos que retratam o surgimento da Linguística Aplicada em âmbito mundial e o panorama histórico das Políticas Linguísticas no Brasil

Damianovic (2005), em seu artigo *O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político*, publicado na Revista Linguagem & Ensino, tem como objetivo principal traçar um panorama histórico da Linguística Aplicada (LA) desde os anos de 1940. A autora apresenta o desenvolvimento dessa área e destaca, finalmente, a necessidade de o linguista aplicado atuar como ativista político. O artigo tem como principais nomes, no referencial teórico, os autores Celani (1998), Crowley (1989), Fairclough (1989), Moita Lopes (1996), Penicook (1998), Phillipson, R. e Skutnabbkangas (1986), Rajagopalan (2003), Simon e Dippo (1986). O artigo revela que o termo LA surge no ano de 1940. Na

década de 1950, há dois acontecimentos fundamentais para a Linguística Aplicada, a Escola de Linguística Aplicada na Universidade de Edinburgo e o Centro de Linguística Aplicada nos Estados Unidos. No início, o linguista aplicado era um aplicador de saberes. Em 1960, nasce a Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA), a Associação Britânica de Linguística Aplicada (BAAL) e o TESOL *Quarterly*. Nesse período o linguista aplicado já se envolvia com a avaliação, as políticas educacionais e com a busca pela aquisição de uma segunda língua com foco na aprendizagem. Em 1970, na PUCSP, tem início o primeiro programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Linguística Aplicada. Nesse tempo, o linguista aplicado tinha uma reflexão baseada no Positivismo e no Estruturalismo, com uma noção de linguagem apolítica e não histórica. A partir dos anos 80, a LA estava voltada para problemas de política e planejamento educacional. Assim, a LA passou a refletir aspectos de relevância social, ou seja, era importante entender o sujeito como múltiplo e construído dentro dos diferentes discursos.

O artigo de Damianovic, realizado dentro do escopo de pesquisa bibliográfica, verificou que os domínios hegemônicos limitadores de mudanças contribuiriam para transformar a LA em uma área de investigação aplicada, mediadora cujo foco está na resolução de problemas de uso da linguagem. Portanto, esse campo passou a exercer agência em questões sobre aquisição de segunda língua, direitos de minoria e formação de professores. Nos anos 90, o linguista aplicado está mais crítico e sensível às preocupações sociais, culturais e políticas, na tentativa de uma melhoria da desigualdade. Assumindo seu papel de ativista político, preocupa-se com as desigualdades da sociedade atual.

O artigo *A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos*, escrito por Silva (2013), foi publicado na revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, segundo Silva, o artigo tem por objetivo propiciar aos interessados em questões de política linguística uma breve introdução à essa área de pesquisa que, até recentemente, era pouco difundida no Brasil. Entretanto, não se trata de uma introdução convencional. O que se pretende, na verdade, é reconstruir a "história epistemológica" da área desde as primeiras pesquisas na década de 1960 até as publicações mais recentes. Ao contar essa histórica, objetiva-se contribuir para a consolidação desse importante campo de pesquisa no contexto brasileiro. Para isso, o artigo apresenta o seguinte referencial teórico: Calvet (2002, 2007), Fishman (1968, 1974, 1977), Haugen (1959, 1956), Kaplan (1991, 1992, 1997, 2002), Maher (2008, 2010), Rajagopalan (2007), Ricento (2006), Schiffman (1996, 2006), Shohamy (2001, 2006, 2008), Spolsky (1991, 1998, 2004), Tollefson (1980, 1981, 1988, 1991, 2006), Wiley (1996, 2006). Devido à escassez de material bibliográfico em língua portuguesa sobre as políticas linguísticas, bem como à pouca oferta da disciplina na grade curricular universitária, é apresentado, no artigo, um panorama histórico da área, desde os anos iniciais, considerando a conjuntura histórica e os pressupostos e controvérsias epistemológicos até o momento atual.

O artigo de autoria de Elias Ribeiro da Silva apresenta como metodologia a pesquisa bibliográfica. Com o intuito de reconstruir a história epistemológica da área desde as pesquisas na década de 60 até as publicações mais recentes, o artigo apresenta um panorama histórico da área nas diferentes perspectivas epistemológicas que orientam as pesquisas na área de 1960 até o primeiro semestre de 2013. Finalmente, o autor conclui que a história epistemológica da Política Linguística está em construção e que todos os envolvidos podem contribuir.

2. A influência das políticas de educação linguísticas em determinados campos do ensino de línguas no Brasil

Para Castilho (2001), os debates sobre as políticas linguísticas levam em consideração cinco questões relevantes: a gestão da língua oficial do Estado, das comunidades bilíngues ou plurilíngues, das minorias linguísticas, línguas Estrangeiras e o Estado, e por fim as políticas linguísticas supra-estatais e os projetos de integração regional. Adicionalmente, o Art. 13 da Constituição do Brasil, de 1988, apresenta a língua portuguesa como o idioma oficial. O ensino do português como língua materna, no início do século passado, era feito com base no ensino da gramática somente. A crença era de que sabendo somente a gramática os alunos iriam escrever e ler melhor, mas na medida em que o tempo foi passando surgiu a percepção de que ensinar português como língua materna é sobretudo refletir sobre a língua (CASTILHO, 2001).

Assim, Castilho (2001) diz que a tarefa básica em relação ao português como língua materna é a busca minuciosa de suas variedades, ou seja, para não haver a repetição dos modelos de ensino que aplicam teorias edificadas sobre outras realidades linguísticas, devemos ser conhecedores profundos da nossa língua. A solução dada por ele é a documentação, descrição e historiografia da língua portuguesa como caminhos para a renovação do seu ensino. O ensino do português como língua materna, no início do século passado, era feito com base no ensino da gramática somente. A crença era de que sabendo somente a gramática os alunos iriam escrever e ler melhor, mas na medida em que o tempo foi passando surgiu a percepção de que ensinar português como língua materna é sobretudo refletir sobre a língua (CASTILHO, 2001).

No artigo *Tarefas da educação linguística no Brasil* (BAGNO; RANGEL, 2005), publicado na Revista Brasileira de Linguística Aplicada, os autores apresentam discussões sobre as questões sociais e as implementações políticas do processo de educação linguística no Brasil. Para eles, a educação linguística tratada no artigo pertence a uma institucionalização proveniente de instâncias de poder. Desse modo, eles têm como objetivo

principal definir as áreas de reflexão e de realização de uma política linguística no Brasil e a criação de tarefas que ajudem a solucionar o que foi relatado. A principal delas é a promoção tanto da reflexão quanto da ação para que haja uma educação linguística de qualidade. O referencial teórico do artigo está fundamentado em Bagno (1999, 2000, 2002, 2003), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (2001, 2002), Lucchesi (2002), Marchusci (2001), Possenti (1996), Soares (1986,1999), Travaglia (1995, 2003). A partir deles foi traçado um paralelo, entre os trabalhos realizados pelas políticas oficiais de ensino em âmbito federal – responsáveis por reflexões teóricas e ações de intervenção pedagógicas – e os dos cursos de Letras, cujo ritmo é muito mais lento e apresenta um impacto social muito menor quando comparado às políticas sociais.

Bagno e Rangel apontam que a primeira área é a do letramento, definida no artigo como uma concepção de práticas de leitura/escrita que habilitam o indivíduo a atividades de leitura e escrita, principalmente nos espaços mais institucionalizados. Para eles, o português brasileiro deve ser ensinado a partir de estratégias que valorizem as regras gramaticais brasileiras incorporadas à linguística oral e a escrita diária. A política de educação linguística precisa explorar estratégias de variação linguísticas não limitadas a fenômenos de prosódia ou léxico, mas que mostrem que a língua além de variar em todos os níveis está associada à variação social. Outra área explorada pelos autores é a dos direitos linguísticos, eles expõem que há um empenho por parte das camadas dominantes de se criar uma imagem de país monolíngue, ou seja, uma unidade linguística dentro de um país com dimensões continentais. No entanto, apesar desse esforço, a UNESCO classificou o Brasil como um país multilíngue, onde há aproximadamente 200 línguas diferentes, 170 autóctones (indígenas) e as demais, alóctones (trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos). Há necessidade de ações políticas que garantam os direitos linguísticos desses falantes direitos que estão na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos sendo a escola um dos locais onde esses direitos devem ser promovidos.

No artigo *Políticas Linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações*, publicado pela revista Cedes, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Quadros (2006) demonstra a estruturação das políticas públicas para a educação de surdos do estado de Santa Catarina, com ênfase nas proposições, decisões e rumos que a implementação dessas políticas estava tomando em 2006, quando a educação de surdos estava sendo estruturada, processo que ainda está em andamento em vários estados brasileiros. Além disso, a autora apresenta uma análise crítica das relações que tal proposta tem com os desejos e lutas dos movimentos dos surdos. Num desdobramento, verifica-se que essas movimentações no estado catarinense dependiam de fatores que extrapolavam os aspectos legais, entre os quais destacam-se: questões de ordem política e econômica e relativas aos profissionais em formação que estavam envolvidos. O referencial teórico principal da pesquisa é formado por leituras de Lacerda (2000, 2002), Miranda (2001), Perlin

(1998, 2002), Quadros (1997, 2004) e Wrigley (1996) e analisa dados de documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCCE) e da Secretaria de Educação e Inovação de Santa Catarina (SEI).

Com o objetivo principal de contribuir para as pesquisas na área de educação de surdos no contexto de Santa Catarina, Ronice Müller de Quadros faz uma pesquisa bibliográfica e documental. O artigo apresenta vários gráficos referentes à distribuição de professores de Libras surdos e ouvintes em Santa Catarina, ao perfil dos alunos que aprendem Libras (na escola, em casa, em que idades, etc.) e à fluência dos alunos e de seus pais e professores na língua de sinais. A autora compara tais gráficos e compara os quadros, discutindo se as políticas públicas foram realmente implementadas como se propunham. Os resultados da pesquisa apontam para uma incompatibilidade entre os desejos e necessidades dos surdos e as propostas da legislação brasileira e, em Santa Catarina, a educação para surdos nas escolas ainda refletem princípios da educação inclusiva de surdos nas escolas regulares que ensinam em língua portuguesa.

O artigo *Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro*, publicado em 2014 pela revista *Educar em Revista*, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de autoria de Sueli Fernandes e Laura Certa Moreira, tem como objetivo apresentar um panorama das políticas educacionais para surdos, desde a década de 1990, demarcando as inúmeras disputas ideológicas que influenciaram diretamente os campos da política linguística e das políticas de educação inclusiva para esse grupo de estudantes. Tem como referencial teórico Bourdieu (2011), Calvet (2002), Fernandes (2003, 2009, 2011), Grupioni (2014), Hall (1997), Lopes (2007), McLaren (1997), Sawaia (2001), Skliar (1998), a Constituição da República Federativa do Brasil; Decretos Lei sobre o atendimento educacional especializado e sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; e pesquisas científicas e discussões apresentadas no V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado pelo NUPPES/UFGRS, em 1999. O texto revela que o movimento para a educação de surdos no Brasil teve início na década de 1990 e traça um histórico da luta social por tal direito na Europa, iniciado no final do século XX, e da trajetória do Brasil até o momento atual.

No artigo de Sueli Fernandes e Laura Ceretta Moreira, a metodologia utilizada é um estudo bibliográfico e documental e os resultados da pesquisa apresentados no artigo mostram uma contradição entre a Lei para a educação bilíngue e a prática cotidiana das escolas – a educação especial. “Na atual configuração da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado (AEE) a Libras não assume centralidade como língua principal na dialogia que envolve estudantes surdos nas escolas.” (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 66). Libras como língua materna deveria ser vista como um direito das crianças na escola. Segundo as autoras “A inexistência de espaços comunitários para sua circulação e complexidade nega à Libras seu caráter ontológico de língua com potencial para

se tornar patrimônio cultural da sociedade brasileira” (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 66).

O artigo de Eveli (2006), *Concursos Públicos como agentes do normativismo e de uma Política Linguística no Brasil*, publicado pela revista *Calidoscópico* da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), tem como objetivo considerar os concursos públicos como agentes do normativismo e de uma política linguística no país, ainda que pouco definida, delineando essa política. O artigo traz os resultados de uma pesquisa bibliográfica que conta, como referencial teórico, com leituras de Bagno (1999, 2001, 2002), Born (2000), Bordel (1991, 1992), Calvet (2002), Zeles (2000, 2001). O estudo revela que os concursos públicos são um dos agentes que dão suporte ao normativismo, não havendo política linguística definida no Brasil para melhorar esse quadro.

O artigo de Eveli Seganfredo traz os resultados de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise documental, com um corpus dividido em dois grupos: concursos vestibulares e concursos profissionais. Cada grupo foi seccionado em três regiões, mapeando o país: Região Sul, Região Sudeste e Demais Regiões, sendo escolhido apenas um aspecto para avaliar. Ao todo, foram analisadas 57 provas de vestibulares e 54 de concursos profissionais entre os anos de 1995 e 2002, perfazendo um total de 274 ocorrências nas provas de concursos vestibulares e 249 nas de concursos profissionais. Os resultados da pesquisa mostram que a maioria das provas são normativistas, tanto as de vestibulares quanto as de concursos seguem ainda uma visão de língua muito tradicional, de uso sistemático e gramatical da língua. Segundo Seganfredo (2006, p. 36),

“as universidades que passaram a elaborar elas mesmas os seus vestibulares e que criaram organismos para a elaboração de provas de concursos profissionais são responsáveis pela introdução de algumas mudanças no caráter dessas provas, na visão de língua que ostentam”, mas ainda assim, “prepondera uma visão tradicional de língua que impregna as instituições de ensino”.

O artigo *É muito bonito no papel, mas na realidade deixa a desejar... Educação (Escolar) indígena: entre leis e realidade*, escrito por Rossana Hass Kondo e Letícia Fraga, foi publicado em 2014 na revista *Muitas Vozes*, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com o objetivo de proporcionar discussões que abordem os conflitos existentes entre as políticas linguísticas e a realidade que se coloca na construção da educação (escolar) indígena. O artigo teve como base teórica textos de Calvet (2007), Cavalvanti, Maher (1993), D’Angelis (1997), Veiga (2005), Grupioni (2006) e documentos que trazem a legislação

brasileira sobre o assunto. Os estudos teóricos demonstram que as principais leis brasileiras (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996) possuem artigos e parágrafos que garantem aos povos indígenas direitos relativos a questões territoriais, educacionais e linguísticas, entre outros. O título do artigo “É muito bonito no papel, mas na realidade deixa a desejar [...]” parte do entendimento de que a lei existe, porém não é cumprida na sua totalidade. “[...] aos olhos da sociedade que desconhece a realidade das comunidades indígenas dá-se a impressão que os indígenas reclamam sem razão [...]. Entretanto, essa é uma representação que tem como objetivo desqualificar a figura dos povos indígenas [...]” (KONDO; FRAGA, 2014, p.183).

No artigo escrito por Rossana Hass Kondo e Letícia Fraga, além da pesquisa teórica, as autoras também utilizaram como metodologia uma pesquisa etnográfica (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), em nível de mestrado, que se deu entre 2011 e 2012, na comunidade Guarani do Pinhalzinho, Tomazina, Paraná. Os instrumentos utilizados para geração de dados foram: a) observações, b) entrevistas semiestruturadas e c) diário de campo. Os resultados sugerem que: a) a educação (escolar) indígena possui grande influência na formação de líderes críticos e atuantes tanto na comunidade indígena quanto na sociedade não indígena; b) falta autonomia e há verticalização das políticas educacionais, isto é, os aspectos relativos a educação não estão sendo construídos em conjunto com a comunidade; c) há ausência de formação continuada específica para professores indígenas e não indígenas; d) as atitudes da Secretaria Estadual de Educação e de alguns professores não indígenas a respeito de língua, cultura e identidade muitas vezes são etnocêntricas (KONDO; FRAGA, 2014, p. 171).

Além dos artigos mencionados acima, há o intitulado *Políticas linguísticas em uma escola pública de ensino médio e tecnológico: a oferta de línguas estrangeiras*, de autoria de Glenda Heller Cáceres, publicado na revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Segundo a autora, o artigo objetiva “compreender a realidade da oferta de línguas estrangeiras em uma escola pública de Ensino Médio e Tecnológico do interior do Rio Grande do Sul. O estudo sustenta-se em referenciais teóricos atuais sobre políticas linguísticas, além de calcar-se em conceitos como governamentalidade e ideologia”. Sendo os referenciais: Blommaert (2006), Canagarajah (2006), Foucault (1979, 2009), Hornberger (2006), Pennycook (2006), Ricento (2006) e Tollefson (2006). Buscando compreender as perspectivas dos alunos de uma escola pública sobre a oferta de línguas estrangeiras, a autora considera os documentos que regulam a oferta nessa escola de Ensino Médio, bem como o modo como os gestores agem e o que decidem a respeito das línguas ofertadas.

Finalmente, no artigo da autora Glenda Heller Cáceres, ela reitera o “interesse em entender como os alunos do Ensino Médio percebem as políticas de oferta de línguas estrangeiras [...] em uma escola pública federal” (CÁCERES, 2014, p. 113).

Para isso, como metodologia, a autora adota a pesquisa bibliográfica, geração e

análise de dados nas premissas etnográficas; observações e entrevistas semiestruturadas com membros da instituição; registros visuais e, como análise documental, a análise do Projeto Pedagógico de Curso do Ensino Médio e de outros documentos. Como resultado da pesquisa, a autora menciona que “embora pequenas mudanças estejam ocorrendo em termos político-linguísticos, elas não são suficientes para atender às expectativas dos alunos em relação às línguas estrangeiras ofertadas na escola” (CÁCERES, 2014, p. 103).

3 Políticas linguísticas e seus desdobramentos: zonas de fronteira; questões de poder; internacionalização

Eliana Rosa Sturza, em seu artigo intitulado *Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras*, publicado em *Ciência e Cultura*, tem como principal objetivo resgatar a produção científica da situação linguística das zonas de fronteira, principalmente aquela resultante dos contatos entre o português e o espanhol, tendo em vista que não se sabe muito sobre o contato entre essas duas línguas no contexto das relações entre o Brasil e os países hispano-americanos. Para o seu artigo, Sturza baseou-se em Golin (2002), Guimarães (2001), Kock (2002), Oliveira (2000). Devido à natureza social das fronteiras, nelas vivem diferentes povos, sendo uma área de pesquisa ainda com poucos trabalhos linguísticos. A autora tem por objetivo recuperar os registros sobre as línguas nas zonas de fronteira e também fazer uma pesquisa para resgatar a história da produção científica sobre a situação linguística das zonas de fronteira especialmente.

Sturza faz, em seu artigo, uma leitura da produção científica a respeito da história das línguas nas zonas de fronteiras do Brasil, para tanto, o trabalho se insere na pesquisa bibliográfica. Ela registra que o primeiro trabalho sobre as línguas na fronteira Brasil Uruguai, é o “Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay”, de José Pedro Rona, de 1959. Após isso, os estudos sobre língua portuguesa na fronteira continuaram a evidenciar o “Dialecto Fronterizo”. As pesquisas, a partir desse trabalho, concentram-se no contato linguístico entre o português do Brasil e o espanhol do Uruguai.

O artigo *Política (s) linguística (s) e questões de poder* de autoria de Cristine Gorski Severo foi publicado em 2013 na *ALFA: Revista de Linguística*, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com o objetivo de apresentar e discutir a dimensão política da área de Política Linguística “a partir dos trabalhos de Michel Foucault sobre as relações entre poder, saber e política” (Severo, 2013, p. 451). O artigo apresenta, como referencial teórico, textos de Blommaert (2012), Calvet (2007), Foucault (1995, 1996, 1999), Rajagopalan (2005), Severo (2011). Com base no referencial, os conceitos de política linguística, voltada “para

uma prática de caráter estatal-legislativo”, e de planejamento linguístico, que “tem focado a implementação das decisões sobre língua através de estratégias (políticas)” (SEVERO, 2013, p. 451), são apresentados e discutidos, considerando os trabalhos de Michel Foucault.

O artigo de autoria de Cristine Gorski apresenta como metodologia uma pesquisa bibliográfica dos trabalhos de Foucault sobre as relações entre poder, saber e política; uma análise documental do trabalho de planejamento linguístico do Departamento de governo Local e Provincial da África do Sul e algumas iniciativas municipais como a oficialização da língua indígena guarani nos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM) em 2002. Também apresenta o estudo de 4 casos envolvendo questões de língua: a fundação da academia francesa; a revitalização da língua hebraica na Palestina a partir do século XIX; o movimento feminista americano na década de 60 e a campanha de alfabetização em massa na Etiópia em 1974. Tal pesquisa apresenta quão heterogêneo e multifacetado o campo da Política e Planejamento linguístico podem ser quando analisadas as questões de poder em relação às línguas e ao multilinguismo.

O artigo *Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI*, de autoria de Gilvan Müller de Oliveira e publicado na revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) objetiva, segundo o autor, refletir sobre três aspectos da internacionalização induzida pelo novo liberalismo no contexto geopolítico atual, todos os três fóruns privilegiados para a formulação e implementação de importantes políticas linguísticas relacionadas com a presença da língua portuguesa no contexto do multilinguismo global. Com base no referencial teórico de Calvet (2002), Freyre (1940, 2010), Laponce (2001, 2003), Marazzi (2009), o autor indaga sobre: o lugar que o Português pode ocupar em uma internacionalização das instituições. A língua portuguesa como vínculo para acolher a internacionalização das instituições dos países de língua portuguesa (PLP). Que políticas linguísticas devem ser utilizadas para a internacionalização. Que língua (s) favorece (m) o processo de internacionalização e como.

O artigo de autoria de Gilvan Müller de Oliveira apresenta como metodologia uma pesquisa bibliográfica e análise documental do Acordo Ortográfico de 1990. O autor analisa três aspectos da internacionalização induzida pelo novo liberalismo: a internacionalização da língua portuguesa em geral; a internacionalização da gestão da língua portuguesa e a internacionalização das sociedades de língua portuguesa pelo canal da língua, tendo como foco o período pós-2004, um período, segundo o autor, “virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente”. Internamente com o crescimento da classe média e externamente com a inserção dos países na sociedade internacional. Oliveira conclui que “para internacionalizar a língua precisamos internacionalizar sua gestão [...] reconhecendo a oportunidade de pensá-la e tratá-la como LÍNGUA POLICÊNTRICA” (OLIVEIRA, 2013, p. 432).

4 Pontos de intersecção nos estudos apresentados

A reflexão sobre a linguagem é o ponto de partida para a renovação de seu ensino, portanto, discutir as políticas linguísticas em âmbitos acadêmicos e de ensino é fundamental para que haja uma mudança no escopo de ensino e de ações políticas que visem às mudanças necessárias para que as minorias encontrem seus espaços identitários na sociedade. Contudo, esse campo ainda possui uma grande área de pesquisa, e por seu caráter político deve sempre estar em pauta e em pesquisa. Assim, nesse estudo, há várias questões referentes ao campo abordado, uma delas apresentada por Bagno e Rangel (2005) e Castilho (2001). Esses autores discorrem sobre como o ensino da língua materna no Brasil precisa de mudanças, tanto em níveis fundamental, médio e também na formação de professores de idiomas. Bagno e Rangel (2005) levantam questões sobre a disparidade entre as políticas oficiais de ensino em âmbito federal e os cursos de Letras que apresentam um impacto social muito menor quando comparado às políticas sociais. Castilho (2001), por outro lado, discute a necessidade de inserir o sujeito (aqui entendido como o aluno) em projetos de ensino-aprendizagem que tenham como escala um percurso mais do que um curso. Isso deve ser feito levando em consideração a fala dos alunos, não somente a gramática prescritiva valorizando o sujeito como produtor do discurso. Ações nesse âmbito já começaram a ser desenvolvidas com a introdução em 1997 pelo MEC dos Parâmetros Curriculares Nacionais – língua Portuguesa.

Questões relacionadas às línguas perpassam pela relação de poder, pois decisões políticas influenciam seu uso nas sociedades. Isso ocorre, por exemplo, quando se definem quais línguas podem ou não ser usadas em certas ocasiões, línguas que são promovidas, línguas que são proibidas, e isso ocorre geralmente de cima para baixo, ou seja, ações do Estado sobre os falantes. Assim, a discussão sobre esses aspectos é uma condição sine qua non para que os falantes tenham a sua identidade respeitada. De tal forma, a autora Ronice Müller de Quadros discorre sobre questões de estruturação das políticas públicas para a educação de surdos em Santa Catarina, faz uma crítica das relações que tal proposta tem com os desejos e lutas dos movimentos dos surdos. Paralelamente o artigo *Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro* de Sueli Fernandes e Laura Certa Moreira apresenta um panorama das políticas educacionais para surdos, desde a década de 1990, demarcando as inúmeras disputas ideológicas que influenciaram diretamente os campos da política linguística e das políticas de educação inclusiva para esse grupo de estudantes. Esses dois estudos têm em comum a luta para a estruturação da educação inclusiva, em dois estados próximos. As autoras deixam claro que essa luta ocorre em outros estados. Sendo assim, esse tema é muito importante para pesquisa nessa área.

Esses são alguns pontos de intersecção encontrados nos estudos analisados. As questões relativas as línguas de fronteiras, poder e internacionalização são pontos que se cruzam sendo interdependentes. Portanto, os estudos foram classificados na mesma parte. A partir disso, a implementação das políticas linguísticas envolve um grande número de agentes sociais, que devem atuar diretamente na relação língua e sociedade.

5 Considerações finais

A contemporaneidade é marcada por diversas e rápidas mudanças sociais, culturais, políticas e históricas e esse contexto de complexidade e pluralidade afeta todos os setores da vida nas sociedades, incluindo a educação, necessitando ser considerado pelas pesquisas contemporâneas. Assim, a Linguística Aplicada (LA), como um campo de pesquisa e também uma disciplina acadêmica, precisa considerar o diálogo com as práticas sociais das pessoas que vivem esse contexto. Para isso, a Linguística Aplicada Pós-Moderna está em um processo de repensar suas construções epistemológicas, assumir novas escolhas ideológicas, políticas e éticas (MOITA LOPES, 2013, p. 28). Esse processo é revelado por meio de produção científica e sua divulgação, como afirma Archanjo: “O percurso de transformação e a realidade vivida e praticada no campo de estudos da LA são revelados por meio de suas pesquisas e das vozes que ecoam nos discursos que a identificam” (2011, p. 628). Este artigo apresentou uma pequena amostra dessas pesquisas e vozes por meio de um levantamento de estudos com foco em Políticas Linguísticas. Os objetivos, referencial teórico principal e metodologia de pesquisa dos artigos foram detalhados, e tal estudo demonstrou que, embora haja predominância de análise documental, são várias e importantes as contribuições dos pesquisadores brasileiros à área de Políticas Linguísticas. Também revelam, o grande processo de reformulação da Linguística Aplicada no país e colaboram para sua continuidade e aprimoramento, como fonte de dados para produções futuras. Tais produções futuras poderão, por exemplo, analisar as práticas de uso da linguagem e como as Políticas Linguísticas estão sendo administradas nas escolas, pois, para entender de fato as Políticas Linguísticas, é necessário voltar o olhar para como os sujeitos veem a língua e quais são suas necessidades, assim como observar de modo mais detalhado as práticas.

Esse estudo com um enfoque qualitativo analisou os principais estudos na área de políticas linguísticas da última década, esse recorte foi necessário devido ao grande escopo de pesquisas nas áreas, também foi levando em consideração as abordagens que tinham por objetivo buscar uma mudança em áreas relacionadas ao tema, como questões referentes a normatividade dos concursos, o processo de políticas públicas voltadas às línguas de sinais, a questão relacionada as línguas indígenas entre outras. Portanto, os aspectos sociais

estiveram em consonância com os estudos apresentados e foram os principais motivadores desse estudo.

Referências

ARCHANJO, Renata. *Linguística Aplicada: uma identidade construída nos CBLA*. RBLA, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 609-632, 2011.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. *Tarefas da educação linguística no Brasil*. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.

CALVET, Louis Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002 [1993]. In: TORQUATO, Clóris Porto. As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação. *Letras* (Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria), v. 42, p. 151-184, 2011.

CALVET, Louis-Jean 2007. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Ipol/Parábola. 166 p.

CÁCERES, Glenda Heller. *Políticas linguísticas em uma escola pública de ensino médio e tecnológico: a oferta de línguas estrangeiras*. *Trabalhos em Linguística Aplicada Unicamp*, v. 53, n. 1, p. 103-129, 2014.

CASTILHO, Ataliba T. Políticas linguísticas no Brasil: o caso do português brasileiro. *Lexis*, v. 25, n. 1-2, p. 271-297, 2001.

DAMIANOVIC, Maria Cristina. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 8, n. 2, p. 181-196, 2005.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro, *Educar em Revista* (Editora UFPR), Curitiba, Brasil, Edição Especial, v. 2, p. 51-69, 2014.

KONDO, Rosana Hass; FRAGA, Letícia. . É muito bonito no papel, mas na realidade deixa a desejar... educação (escolar) indígena: entre leis e realidade. *Revista Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 171-189, 2014.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São

Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada* (Unicamp), v. 52, n.2, p. 409-433, 2013.

QUADROS, Ronice Müller. Políticas Linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Revista Cedes*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, maio/ago, 2006.

RICENTO, Thomas (Ed.). *An introduction to language policy: Theory and method*. John Wiley & Sons, 2009.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. Definição da política linguística no Brasil. *Boletim da ABRALIN*, v. 23, p. 7-17, 1999.

SEGANFREDO, Eveli. Concursos Públicos como agentes do normativismo e de uma política linguística no Brasil. *Revista Calidoscópico*, Unisinos, v. 4, n. 1, p. 27-38, 2006.

SEVERO, Cristine Gorski. Política (s) linguística (s) e questões de poder. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada* (Unicamp), v. 57, n. 2, p. 289-320, 2013.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, p. 47-50, 2005.

MARTA MATILDE LUCHESA

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora substituta de Língua Inglesa no curso de graduação em Letras Português Inglês da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e professora de Inglês no PUCPR idiomas. E-mail: martaluchesa@hotmail.com.

CLAUDIO JOSÉ LUCHESA

Doutor em Engenharia Florestal, pelo Centro de Ciências Florestais e da Madeira do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas com Concentração em Economia, pelas Faculdades Integradas Católicas de Palmas Facipal, Palmas, PR. Especialista em Desenvolvimento Gerencial, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de São Miguel do Oeste, São Miguel do Oeste, SC. Professor em cursos de graduação e pós-graduação desde 1995. E-mail: cjluchesa@onda.com.br.